

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE -----

Aos vinte dias do mês de Abril de dois mil e sete, reuniu pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte:-----

-----ORDEM DO DIA: -----

-

1. Expediente -----

2. Actas -----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---a) Prestação de Contas – 2006; -----

---b) Protocolos de delegação de competências a estabelecer entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Município; -----

---c) Desafecção de terreno do domínio público – Bº da Carapinha; -----

---d) Desafecção de terreno do domínio público – Vila Nova de Santo André; -----

4. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA -----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, José Joaquim Catalino dos Santos, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Ângela Matias, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: José Augusto Sabino Diogo, Luís Filipe Nuno Florido Duarte, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela e Rui Manuel Madeira dos Santos.-----

Verificou-se ainda a presença, do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos senhores Vereadores, Margarida Santos, Álvaro Beijinha, Manuel Botelho Mourão e Maria dos Anjos Amador Polícia.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA PRESENTE SESSÃO -----

O senhor Presidente deu conhecimento que o senhor Jaime Cáceres, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, se fez representar nesta sessão pela sua substituta legal, senhora Ângela Matias. -----

ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA -----

O senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia a inclusão de mais uma proposta da Câmara Municipal: **“Dia Municipal do Bombeiro”**, a constar na Ordem do Dia com a **alínea e)**. -----
Foi aprovada a inclusão da proposta, por unanimidade. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O senhor Presidente deu conhecimento das seguintes inscrições: -----
- Senhora Aliete Martins, em representação da Litoral Press - Edições Marketing, Lda. -
- Senhor José Ferro, em representação da Comissão de Utentes de Serviços Públicos do Município. -----
- Comissão de Pesca Lúdica do Litoral Alentejano e Costa Vicentina. -----
Mais informou que, de acordo com o disposto no Regimento, as intervenções do público terão lugar no período “Antes da Ordem do Dia”, pelo que se seguirão, imediatamente, às intervenções dos membros da Assembleia neste período e antes do primeiro ponto da “Ordem do Dia”. -----

ABELA – INTEMPÉRIES – OBRAS -----

O senhor José Catalino informou, na sequência de questões abordadas na sessão anterior, que a Junta de Freguesia com o apoio técnico e financeiro da Câmara Municipal, tem o muro praticamente concluído e a calçada quase reposta. -----
Mais informou que a Junta de Freguesia ainda não recebeu resposta da Direcção Geral de Agricultura e Pescas do Alentejo, sobre a possibilidade da obra por detrás da a Sede da Junta, vir a ser subsidiada, a qual foi financiada pelo Programa AGRIS. -----

COMEMORAÇÕES DO 25 ABRIL E DO 1º DE MAIO -----

O senhor Arnaldo Frade referiu o facto de há alguns anos não se realizar a sessão solene comemorativa daquela data, a qual considera que, em paralelo com as iniciativas nas freguesias, seria importante para que as comemorações não venham a ser cada vez mais idênticas às comemorações do cinco de Outubro. -----

O senhor Presidente referiu que é sobejamente conhecido de todos os factos que levam à não realização anual daquela sessão solene, pelo que não os irá repetir. -----

Pela senhora Paula Lopes, em nome dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----

“MOÇÃO -----

Saúda-se o 25 de Abril, o 1º de Maio e o 31º aniversário da Constituição da República Portuguesa pois são marcos decisivos de uma era de liberdade, de avanço na construção dos direitos fundamentais do povo português, e da implantação de uma democracia plena. -----

Na passagem de mais um aniversário destas datas tão marcantes, é importante relembrar não só a história que está por detrás deste dia, mas reflectir sobre os novos problemas que entretanto marcam o nosso presente. -----

São datas de grande movimento nas transformações sociais e económicas que criaram condições para Portugal sair dos atrasos acumulados em meio século de ditadura. Foi

um processo revolucionário que, em pouco mais de um ano, transformou o nosso País. A aprovação e promulgação da Constituição da República em 2 de Abril de 1976 representam, um marco decisivo e fundamental na história da democracia portuguesa conquistada com a Revolução de Abril. -----

Milhões de trabalhadores em todo o Mundo vão ser chamados a comemorar o 1º de Maio, dia Internacional dos Trabalhadores, para reclamarem com firmeza os direitos laborais e de cidadania, valores sobre os quais devem assentar as sociedades democráticas. Em Portugal podemos celebrar este dia em Liberdade, graças à acção dos militares que em 25 de Abril nos proporcionaram a revolução. Mas continuam a existir em Portugal e no mundo, locais, que merecem a nossa solidariedade e o nosso compromisso de trabalhadores e cidadãos, na luta pelo reconhecimento dos mais básicos direitos humanos, como o direito ao trabalho, à liberdade de expressão, pelo fim da pobreza e por uma paz justa e duradoura.-----

Considerando que:-----

- 1- Dentro de dias se comemora mais um aniversário do 25 de Abril, Dia da Liberdade, data cimeira da História de Portugal.-----
- 2- Dentro de dias se comemora mais um aniversário do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, data cimeira da História Mundial.-----
- 3- Dentro de dias, a 30 de Maio está prevista uma greve geral na sequência de anteriores manifestações em que os trabalhadores portugueses vão demonstrar o descontentamento face a algumas medidas que o governo tem tomado.-----

Propomos que:-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, e não pondo em causa que é necessário reformar muitos dos sectores da sociedade portuguesa, manifeste publicamente a sua preocupação por muitas das medidas já tomadas ou previstas pelo governo sobretudo nos sectores do Ensino, Saúde, Administração Pública, Agricultura e Justiça, medidas estas lesivas dos trabalhadores e cidadãos.-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, saudando a primeira parte do conteúdo da proposta de Moção, considerando que sob várias bandeiras à direita e à esquerda houve atropelos à liberdade.-----

Relativamente à segunda parte da Moção, considerou que seria de concretizar quais as reformas positivas e negativas, acrescentando que o texto tal como está lhe parece vago, pelo que, se assim se mantiver, o seu sentido de voto será de abstenção.-----

A proponente, senhora Paula Lopes, referiu que pode dar como exemplo: o encerramento de escolas; a situação dos funcionários do Ministério da Agricultura; o encerramento de serviços de saúde e de alguns tribunais.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, tendo sido **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dezoito dos eleitos da CDU e um do eleito do BE, e oito abstenções, cinco dos eleitos do PS e três dos eleitos do PSD.-----

Ainda sobre as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, interveio o senhor Francisco Roque, referindo que estas têm uma importância acrescida, acrescentando que no referente ao 1º de Maio, se têm vindo a assistir, face ao modelo de desenvolvimento económico no Mundo, na Europa e especificamente em Portugal, a uma degradação das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral.-----

Relativamente ao 25 de Abril, considerou que se vive hoje uma ameaça à liberdade, concretamente à liberdade de imprensa, com condicionamentos por parte do Governo, considerando também preocupante a decisão judicial que começa a limitar a própria expressão de liberdade dos meios de comunicação, assim como as medidas em curso

relativas às carteiras dos jornalistas que podem consubstanciar condicionantes da liberdade. -----

Acrescentou que o 25 de Abril nos devolveu o direito à liberdade, o qual é preciso reforçar, pelo que, considerou importante que se assinale aquela data e, em particular no ano em curso, ter em atenção as medidas do Governo que possam condicionar a liberdade conquistada, como outros governos também já tentaram fazer. -----

ENCERRAMENTO DO SADU -----

O senhor Presidente informou que a Mesa tem uma proposta de criação de um Grupo de Trabalho sobre esta matéria, passando em seguida a palavra ao senhor Vítor Paulo, o qual em nome dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte proposta de Moção:-----

“MOÇÃO -----

Como todos sabemos no passado dia 9 do corrente mês o governo PS encerrou o SADU de Santiago do Cacém, ao arrepio da vontade e interesse da população. Todos o sabemos, mas os que mais sentem esse encerramento não estão aqui para dizê-lo, porque são carenciados de cuidados de saúde primários, porque são ou estão doentes, porque necessitam de cuidados de enfermagem. -----

Não estão aqui porque a doença de que padecem não foi detectada atempadamente e evoluiu de tal modo que só lhes resta ficarem em casa a contar a mísera reforma na esperança que esta cubra as despesas do funeral que já não deve tardar. -----

Não estão aqui porque estão nas urgências do Hospital do Litoral Alentejano com uma qualquer pulseira, de uma qualquer cor, há uma meia dúzia de horas à espera que lhes façam um penso. -----

Este quadro pessimista é agora pincelado com cores de esperança ou talvez apenas promessa, que se traduz no reforço do número de horas de consultas médicas nas extensões de saúde. Sendo positiva, por isso desejável, esta medida não faz esquecer que encerraram o SADU, porque este prestava, essencialmente, cuidados médicos urgentes e actos de enfermagem. Dir-nos-ão que há o Centro de Saúde. Dir-lhes-emos que há, mas não funciona ao fim-de-semana, só tem serviço de enfermagem até às 17 horas e não atende doentes urgentes.-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida ordinariamente no dia 20 de Abril de 2007 decide: -----

Congratular-se com a luta das populações contra o encerramento do SADU e exige do Ministério da Saúde o aumento do número de horas de consultas médicas nas extensões de saúde no Município de Santiago do Cacém, bem como o aumento do número de utentes com médico de família. -----

Ao mesmo tempo repudia vivamente a decisão de encerramento do SADU de Santiago do Cacém, exigindo a sua reabertura, na convicção de que os cuidados de saúde prestados à população foram gravemente prejudicados. Afirmar que entende inaceitável que para servir a população com médico de família seja necessário o encerramento do SADU.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade questionando se as Autarquias não receberam um ofício do Centro de Saúde informando sobre o reforço do número de horas de consultas nas Extensões de Saúde. -----

Acrescentou que, na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Ermidas, recebeu o referido ofício, com a informação de que ia haver um reforço de 384 horas/mês nas consultas nas Extensões de Saúde.-----

O senhor Vítor Paulo referiu que, neste momento, existe algum reforço, mas não o que foi prometido. -----

O senhor José Catalino referiu que no primeiro dia previsto para o reforço do número de horas de consultas, o mesmo não se verificou.-----

O senhor Joaquim Gonçalves informou que, em S. Domingos, a situação não se alterou, não se verificando qualquer reforço. -----

A senhora Ângela Matias informou que, em Santo André, também não se verificou o reforço anunciado. -----

Mais referiu que o encerramento do SADU e o reforço de consultas nas Extensões de Saúde, são coisas diferentes que não se podem comparar, porque enquanto no SADU eram prestados serviços de urgência, nas Extensões de Saúde os cuidados são no âmbito do médico de família, para além de que as aquelas encerram às dezoito horas. Acrescentou que o encerramento do SADU não vai resolver a situação dos cuidados de saúde no Concelho, pelo contrário, deixou de haver dois serviços de urgência passando a haver somente um, o qual ficou com uma grande sobrecarga, algumas vezes com urgências menores, obrigando os utentes a esperar horas e horas, para além de terem que pagar uma taxa mais elevada. -----

Referiu ainda que no debate sobre este assunto que teve lugar na sessão anterior da Assembleia Municipal, foi transmitida a ideia que as pessoas seriam compensadas com o encerramento do SADU, porque iriam ter mais cuidados de saúde, mas o que se verifica é que esta medida se traduziu num grande prejuízo para a população do Município Santiago do Cacém. -----

Interveio o senhor João Saraiva de Carvalho, referindo que começam a existir algumas imprecisões sobre a acção dos agentes de saúde em Santiago do Cacém, pelo que sugeriu que fosse marcada uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, convidando os agentes de saúde pública no Concelho para se debater este assunto. -----

Deu em seguida testemunho de uma situação que observou nas urgências do Hospital do Litoral Alentejano, com a qual ficou chocado: Às duas horas da manhã, estava naquele Hospital um munícipe idoso, residente na freguesia de S. Domingos, que não tendo recursos para alugar um táxi, aguardava pelo primeiro autocarro da manhã para regressar a casa. -----

O senhor Arnaldo Frade propôs que a Assembleia Municipal crie uma Comissão, formada por todas as forças políticas com assento neste órgão, presidida pela CDU, como Força Política maioritária, para um acompanhamento objectivo do reforço prometido do número de consultas nas Extensões de Saúde, a fim de que a Assembleia se possa pronunciar e definir acções que possam ir ao encontro dos interesses das populações. -----

Acrescentou que o reforço dos Cuidados Primários de Saúde é algo de premente, evitando grandes deslocações por parte dos munícipes, como o que foi referido pelo senhor João Saraiva de Carvalho. -----

O senhor Presidente referiu que já tinha anunciado que a Mesa da Assembleia tinha a intenção de apresentar uma proposta de criação de um Grupo de Trabalho para tratar deste assunto, intenção que mantém. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que não se apercebeu que o senhor presidente tinha dado esta informação. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo concordar com a sugestão do senhor João Saraiva de Carvalho, no sentido de se realizar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para debater este assunto. -----

Mais referiu que não se opôs ao encerramento do SADU, mas com imensas reservas, por considerar que se devia esperar pelo reforço de meios nas urgências do Hospital do Litoral Alentejano e só depois encerrar aquele Serviço. Acrescentou que faz sentido libertar os médicos do Centro de Saúde que prestavam serviço no SADU para um

atendimento de proximidade nas Extensões de Saúde, assim como faz sentido que o Serviço de Urgências seja prestado no Hospital, mas o que acontece é que estas não têm capacidade: material, humana e física para atender os utentes.-----

Mais referiu que a questão que predomina não é a de melhorar os serviços de Saúde, mas sim a de racionalizar recursos financeiros. -----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu subscrever a sugestão do senhor Saraiva de Carvalho, por considerar que este assunto passa por algum esclarecimento dos agentes de Saúde, que permita à Assembleia tomar uma posição coerente sobre o mesmo. -----

Mais referiu que o papel do Centro de Saúde deve ser de uma prática da medicina preventiva, enquanto ao Hospital cabe praticar a medicina curativa, pelo que, nunca percebeu muito bem a figura do SADU, acrescentando que a sua experiência como utente daquele Serviço não foi boa, assim como não lhe pareceu positivo o que viu no Serviço de Urgências do Hospital, nomeadamente a classificação por cores dos utentes, não se sabendo bem com que base, porque não acredita que um médico ou um enfermeiro só por olhar para uma pessoa possa diagnosticar a gravidade do seu problema de saúde, e nessa base seja atribuída uma determinada cor de pulseira, estabelecendo prioridades no atendimento. -----

Mais referiu que o problema principal é que não há médicos suficientes para prestarem um serviço de saúde eficaz. -----

Interveio o senhor João Saraiva de Carvalho questionando o senhor Francisco Roque, se pensou que se ia desenvolver no Hospital um serviço que esvaziaria o papel do SADU por ser melhor que este.-----

O senhor Francisco Roque referiu que era assim que devia ser.-----

O senhor João Saraiva de Carvalho prosseguiu a sua intervenção, considerando que o que aconteceu com o SADU, é uma prática usual no País, ou seja, quando algo não está muito bem, destrói-se, sem que tenha sido acautelada a sua substituição por algo mais eficaz. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual deu conhecimento que recebeu um ofício do Director do Centro de Saúde de Santiago do Cacém, no dia vinte e nove de Março, informando que o SADU seria encerrado no dia nove de Abril, acrescentando que, tendo em conta o período da Páscoa, o prazo do anuncio à concretização da acção foi muito limitado. Contudo, remeteu de imediato um ofício ao senhor Ministro da Saúde, dando conta das preocupações com a concretização desta medida sem estar aprovada a rede de urgências, assim como a pressão que ia ser exercida nas Urgências do Hospital, tendo em conta a falta de recursos e a exiguidade do espaço.-----

Acrescentou que o próprio pessoal de saúde que ali presta serviço, antes desta medida, já considerava que não havia capacidade de resposta à pressão exercida sobre as Urgências. -----

Recordou que, há algum tempo atrás, o Ministério da Saúde e membros da Direcção do Hospital consideravam que o SADU era muito importante para a triagem dos doentes em situação de urgência, evitando uma sobrecarga nas Urgências do Hospital. Contudo, hoje, a Administração do Hospital tem outra opinião, porque o número de doentes atendidos é importante, tendo em conta os critérios de financiamento do Hospital.-----

Mais referiu que o encerramento do SADU prejudicou a população e que o atendimento nas Extensões de Saúde não resolve o problema porque se trata de situações diferentes, dado que naquelas não há serviço de urgências.-----

Informou ainda que participou, hoje, em Coimbra, na reunião do Conselho Geral da ANMP, onde foi aprovada, por unanimidade, uma Moção sobre o encerramento de serviços de saúde e outros serviços públicos, em cujos considerandos aborda, entre

outras questões, o seguinte: “O conselho Geral da ANMP analisou os prejuízos para a qualidade de vida, dos cidadãos, decorrente do encerramento sistemático de serviços de interesse público, por acção ou por omissão do Governo e dos seus serviços: -----

- a) Verificando o processo, já consumado ou em vias de o ser, de encerramento sistemático de serviços de urgência e serviços de atendimento permanente de saúde, postos da GNR e da PSP, tribunais, escolas, transportes públicos ferroviários, transportes públicos rodoviários, correios, serviços de electricidade, etc...-----
- b) Registando que todos estes serviços, ou dependem directamente do Governo (Educação, Saúde, Segurança, Justiça), ou dependem de empresas públicas tuteladas pelo Governo mantém posições que podem e devem ser determinantes (correios, electricidade, transportes públicos rodoviários);-----

...” -----

Pelo que, entre outras questões, o Conselho Geral decidiu:-----

“1. Alertar a população de todo o País para que, com as medidas avulsas e desarticuladas que vêm sendo tomadas pelos diversos Ministérios, Institutos e Serviços da Administração Central estão a ser criadas condições para o último passo do abandono do interior do território pelas populações que ainda resistem nas suas vilas e aldeias;-----

2. Deixar bem claro a todo o País que ninguém quer viver em locais, onde quase que em simultâneo encerra o serviço de urgências, onde fecha o serviço de atendimento permanente, onde deixa de haver escola, onde acaba o posto da GNR, onde fecha a esquadra da PSP, onde desaparece o Tribunal, onde encerra a linha de caminho de ferro, onde desaparecem os autocarros de transportes públicos, onde fecha a esquadra da PSP, onde desaparece o Tribunal, onde encerra a linha de caminho de ferro, onde desaparecem os autocarros de transportes públicos, onde fecha o serviço de correios, onde deixa de haver serviços de electricidade ...” -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, sugerindo que fosse retirada a proposta de Moção e se avançasse com a constituição da Comissão de Saúde.-----

O senhor Presidente colocou o assunto à consideração do proponente da Moção, senhor Vítor Paulo, o qual considerou que a constituição da Comissão não retira o interesse e a oportunidade da Moção. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, dezoito dos eleitos da CDU, três dos eleitos do PSD e um do eleito do BE, e seis votos contra, dos eleitos do PS. -----

JUSTIFICAÇÕES DE VOTO:-----

Pelo senhor Arnaldo Frade, em representação do Grupo Municipal do PS, foi declarado o seguinte: “Votamos contra, na medida em que preferimos pronunciar-nos sobre o trabalho depois de feito e não à priori.”-----

A senhora Ângela Matias, declarou que votou a favor por considerar que não se pode esperar que as pessoas venham a falecer, devido às grandes distâncias que têm que percorrer para serem assistidas e pela diminuição dos Cuidados Primários de Saúde, para comprovar que são erradas as medidas tomadas pelo Governo relativamente a esta matéria.-----

O senhor Francisco Roque declarou que votou a favor, apesar de considerar que o encerramento do SADU pode vir a ser positivo, em termos de racionalização dos serviços de saúde. No entanto, considerou que esta medida, ao não ser aplicada de forma gradual, não assegurou as condições que eram asseguradas pelo SADU.-----

CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO RELATIVA AO ENCERRAMENTO DO SADU -----

Dado que a Mesa da Assembleia tinha informado que ia apresentar uma proposta de constituição desta Comissão, tendo em seguida o senhor Arnaldo Frade avançado com uma proposta no mesmo sentido, o senhor Presidente questionou o senhor Arnaldo Frade, se concordava que fosse apresentada uma proposta conjunta.-----

O senhor Arnaldo Frade respondeu que não tinha qualquer objecção que a Mesa apresentasse a sua proposta, dado que o objectivo é o mesmo.-----

O senhor Presidente propôs que a Comissão tenha a duração de dois meses e que seja constituída por um elemento de cada Força Política com assento na Assembleia Municipal, sendo coordenada pelo senhor Vítor Barata, eleito da CDU e Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, acrescentando que os outros elementos deverão ser indicados pelas respectivas Forças Políticas, num prazo de cinco dias. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**, tendo sido dispensada, por unanimidade, a votação por voto secreto.-----

PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES ESPECIALIZADAS -----

Pelo Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal, o senhor Arnaldo Frade entregou a seguinte proposta à Mesa da Assembleia:-----

“A Assembleia Municipal é um órgão do Município que detém um conjunto de competências do maior interesse para a comunidade que deve servir. -----

O seu acompanhamento da actividade do Órgão Câmara Municipal e do desempenho de outras instituições cujo trabalho tenha repercussão na área do Município é uma dessas competências. -----

Para que esse acompanhamento seja mais eficaz, torna-se a nosso ver, útil e desejável a constituição, no seu âmbito, de Comissões Especializadas com esse fim. -----

Todavia, e sem prejuízo de um possível alargamento no futuro, tendo em conta a inexistência, no nosso Município, de experiências do género no passado e no presente, consideramos aconselhável que se avance com ponderação. -----

Nesse sentido, o Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal, **propõe: -----**

**- A constituição de quatro Comissões de Acompanhamento: -----
(Ambiente, Desenvolvimento Económico, Educação, Saúde);-----**

- Que cada uma delas seja constituída por cinco elementos:-----

(Dois elementos da CDU e um de cada um dos restantes partidos);-----

- Que cada Comissão seja presidida por um eleito de uma das forças políticas com representação na Assembleia;-----

- Que cada uma dessas forças políticas assegure a presidência de uma Comissão. -----

A cada partido caberá indicar os seus representantes em cada uma das Comissões, bem como quem ocupará a presidência que lhe compete assegurar.-----

A identificação da força política que presidirá a cada uma das Comissões em concreto, será encontrada por consenso partidário ou, caso tal não seja possível, na sequência de uma proposta apresentada por qualquer partido e aprovada por maioria simples dos membros que compõem o órgão.” -----

O senhor Presidente perguntou ao proponente se, dada a desejável ponderação sobre a questão, concordava que a inclusão da temática e respectiva proposta na Ordem do Dia da próxima Sessão Ordinária, com o qual o proponente concordou. -----

REQUERIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL SOBRE FUNCIONÁRIOS A DESEMPENHAR FUNÇÕES NAS JUNTAS DE FREGUESIA -----

O senhor Arnaldo Frade informou que o Grupo Municipal do PS ainda não recebeu a resposta àquele Requerimento que apresentou em Janeiro do ano em curso.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que vai averiguar, junto dos Serviços, a razão porque a resposta ainda não chegou à Assembleia Municipal. -----

ERMIDAS – LIMPEZA NO DEPÓSITO DE ÁGUA-----

O senhor Alberto de Brito referiu que foi informado que a limpeza daquele depósito ia ser feita, a partir de Março do ano em curso, o que ainda não se concretizou, solicitando que a mesma não demore, porque com a chegada das andorinhas a sujidade aumentou em redor do mesmo.-----

ERMIDAS – PAGAMENTO DE VERBAS POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

Alertou para o facto da Câmara Municipal ainda não ter transferido para a Junta de Freguesia verbas em atraso, desde dois mil e quatro, relativas a despesas com canalizadores e outro pessoal ao serviço da Câmara Municipal. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que vai ver este assunto. -----

VISITA AO MUNICÍPIO – CONVITE -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual convidou todos os eleitos da Assembleia Municipal para uma visita ao Município com os eleitos da Câmara Municipal, a ter lugar no dia cinco de Maio do ano em curso.

Interveio o senhor Arnaldo Frade saudando a iniciativa, por considerar que o conhecimento dos problemas mais de perto contribui para que as decisões sobre os mesmos sejam mais acertadas.-----

COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL – HASTEAR DA BANDEIRA -----

O senhor Presidente solicitou à Assembleia a indicação de um eleito para, em conjunto com o senhor Vereador José Rosado, proceder àquele acto no dia 25 de Abril, pelas nove horas.-----

O senhor Carlos Pereira Dias apresentou a sua disponibilidade, o que mereceu o consenso de toda a Assembleia. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O senhor Presidente começou por conceder a palavra à senhora Aliete Martins, a qual em representação da LitoralPress – Edições e Marketing, Lda., apresentou o seguinte protesto:-----

“Um Protesto que reclama uma reflexão -----

Permitam-me que lhes cite uma nota prévia (inserida numa publicação que comenta e interpreta a Lei da Imprensa), em que afirma: -----

“Num País em que a censura tem tradição, a actual Lei de Imprensa, resultado do regime nascido em 25 de Abril de 1974, representa o estabelecimento da liberdade de expressão pela imprensa em termos amplos que a Constituição de 1976 veio plenamente acolher”. -----

Diz ainda a nota em referência: -----

“Esclareça-se que se fala da abolição da censura oficial, oriundo do poder institucional; no entanto, hoje, a censura conhece novos enfoques não menos perniciosos”.-----

Para não me alongar com explicações que certamente os senhores deputados desta Assembleia conhecerão pormenorizadamente, passo de imediato à questão que aqui me trás, em representação da empresa LitoralPress, proprietária do Jornal Litoral Alentejano e que se traduz num formato de protesto. Protesto este que deve ser entendido como forma de reflexão. -----

Pergunto:-----

Em que atitude ou metodologia assentará a discordância que a LitoralPress passará a assinalar?-----

- Assenta e prende-se com a publicação da publicidade institucional, nomeadamente a chamada **“Publicidade Obrigatória”**. -----

Socorrendo-se – uma vez mais – do conceito que foi considerado para que essa “obrigatoriedade” ficasse consagrada em lei, é destacada – cito: -----

“A importância da publicidade para o equilíbrio financeiro de um jornal explica o espaço apreciável que geralmente ocupa. Tal espaço não significa que a publicidade determine as opções do jornal”, no que diz respeito aos seus **“serviços de redacção”**.

As citações aqui referidas, servem para significar a apreciação e comportamento tido pelo responsável pela publicidade no Litoral Alentejano, uma vez que verificando a existência de um notório afastamento da Autarquia em relação à publicação de que é proprietário, solicitou uma entrevista ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de lhe fazer sentir as dificuldades inerentes a um “aparente” mau relacionamento entre a empresa que dirige e o responsável Autárquico. -----

Dentro de um espírito de total abertura ao diálogo, Marcos Leonardo reuniu-se com duas assessoras do Presidente, que lhe transmitiram qual o critério definido pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém para a inserção de publicidade (**note-se, toda e qualquer publicidade**), que seria de igual modo distribuída entre todos os órgãos de comunicação social do Concelho. -----

Tal critério, apesar de contrário à Lei, foi por esta Empresa aceite. -----

Todavia, pelo que se pode comprovar, nem mesmo essa tem sido a metodologia e prática, nomeadamente desde Julho de 2006. -----

A somar a esta decisão, em que tudo leva a crer, a ordem é: **“não se publicitar no Litoral Alentejano”**, é de salientar que a direcção do LitoralPress também se interroga sobre os critérios para atribuição de verbas por parte das empresas da Região, cujo destino é indicado pela Autarquia. -----

Acresce a este “desabafo”, que tem como finalidade voltar cada vez mais o “Litoral Alentejano” para o seu público leitor, honrando os valores que o distinguem, não podendo aceitar com indiferença, realidades que poderão pôr em causa a **existência do Jornal no Concelho de Santiago**, uma vez que tudo tem sido feito para dignificar os compromissos assumidos, nomeadamente os que foram consagrados no seu Estatuto Editorial, quando considera “... a sua actividade como um serviço de interesse público, com respeito total pelos seus leitores, em prol do desenvolvimento da identidade cultural e regional, na promoção do progresso económico, social e cultural das populações e do reforço da independência nacional e da paz.”-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por referir que comunga de todos os valores indicados no texto apresentado. -

Informou que a razão pela qual a Câmara Municipal não tem publicitado naquele jornal não tem a ver com o seu conteúdo, mas sim com o facto do mesmo ter os valores mais elevados de todos os jornais da região. Acrescentou que a Câmara já recorreu aos seus serviços e espera poder voltar a fazê-lo. -----

Mais informou que recebeu a senhora Aliete Martins, a qual o questionou sobre se havia alguma questão de foro pessoal entre a sua pessoa e o senhor Marques Leonardo da LitoralPress, tendo esclarecido que, por sua parte, nada havia, e que a situação resulta da posição do Jornal face à concorrência. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal cedeu, gratuitamente, um espaço ao Jornal, até há pouco tempo, tendo recentemente efectuado um contrato de sub-arrendamento do mesmo. -----

A senhora Aliete Martins informou que o que lhe foi transmitido pela Adjunta do senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à publicidade, é que o montante existente para esta finalidade era distribuído em partes iguais para os diferentes órgãos de informação regionais. Acrescentou que o Jornal Litoral Alentejano abrange uma zona mais vasta e prática a tabela relativa à sua cobertura, em conformidade com o previsto na lei. -----

Mais referiu que o texto que apresentou é sobretudo um apelo á reflexão sobre esta questão, porque o objectivo do Jornal é o mesmo dos órgão autárquicos, o melhor para o Município. -----

O senhor Presidente referiu que a Assembleia Municipal ficou informada sobre este assunto. -----

PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO E OS EFEITOS DO ENCERRAMENTO DO SADU -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor José Ferro, da Comissão de Utentes de Santo André, o qual começou por referir que se confirma o que sempre afirmaram: a falta de respostas adequadas nas várias Extensões de Saúde e nas urgências do Hospital do Litoral Alentejano, acrescentando que tal como já se verificava, o programa de consultas continua a não ser cumprido nas Extensões de Saúde, mas mesmo que fosse cumprido, havia cinquenta utentes/dia, no mínimo, que recorriam ao SADU, os quais agora vão fazer aumentar a procura das Urgências no Hospital. Mais referiu que esta situação só não está a atingir maiores proporções, porque muitos utentes estão a optar pela auto-medicação, única forma que encontraram para contornar a escassez de transportes públicos, o custo da taxa moderadora, de 7,75 € e o tempo de espera, de cinco, seis e sete horas, o que faz com que as pessoas recorram às Urgências daquele Hospital quase só em situações de último recurso. -----

Mais referiu que antes do 25 de Abril de 1974, também era assim, porque o regime fascista que vigorava na altura não contemplava o direito à Saúde. -----

Acrescentou que o PS deu total apoio à decisão de implementação das alterações que levaram ao encerramento do SADU e que, apesar desta questão dizer respeito a toda a Assembleia Municipal, com a qual esta se deve preocupar, considerou ser este o momento oportuno para questionar o PS, em particular, uma vez que foi o Partido que pela voz do seu número um no Concelho mais se destacou publicamente no apoio ao encerramento do SADU, começando por questionar o PS e o senhor Arnaldo Frade, em particular, se era conhecedor da realidade no terreno, em cada freguesia, de forma a tomar em consciência a posição que tomou, de total apoio ao encerramento do SADU. Questionou ainda, se o senhor Arnaldo Frade e o PS em relação a questões de Saúde no Concelho de Santiago do Cacém, fala e dá opiniões porque conhece, conta porque lhe contaram, diz porque ouviu dizer ou sabe que não sabe e tenta convencer que sabe ?

Mais referiu, de acordo com os dados de que dispõe, estar convencido que o senhor Arnaldo Frade agiu, formou e tornou pública uma opinião desajustada da realidade e formada com base no que lhe foi dito, mas agora que o facto está consumado, questionou: se o PS e o senhor Arnaldo Frade tem acompanhado no terreno a situação que se tem verificado em todo o Concelho após o encerramento do SADU, se conhecem também a falta de respostas nas várias Extensões de Saúde e o não cumprimento, na integra, do que foi prometido com os novos períodos de consulta; se já falou com algumas famílias de mais fracos recursos e lhe perguntou qual o grau de dificuldade quando se vêem obrigadas a recorrer ao transporte, em táxi, para o Hospital do Litoral Alentejano; se têm plena consciência das dificuldades, quando famílias mais idosas e mais carenciadas se vêem confrontadas com a exigência do pagamento de uma taxa de sete euros e setenta e cinco cêntimos, praticada no Hospital, a qual é três vezes superior à taxa que pagavam no SADU; se o PS e o senhor Arnaldo Frade, em particular, já se deu ao trabalho de se deslocar às urgências do Hospital e ficar ali durante horas para sentir na pele os efeitos negativos de uma situação que é provocada por uma decisão que o PS aplaudiu. -----

Concluiu referindo que, como membro da Comissão de Utentes, e para que não restem dúvidas, não pode deixar de afirmar perante a Assembleia Municipal que o PS e o senhor Arnaldo Frade, assumiram uma posição contrária aos interesses e direitos das populações, uma posição de obediência ao senhor Ministro Correia de Campos, de obediência em relação ao Poder Central, de obediência ao pior Governo, desde o 25 de Abril de 1974, o qual tantos prejuízos tem causado aos trabalhadores e aos direitos sociais das populações, como é o caso do direito à Saúde.-----

Considerou ainda que: -----

- ocultar ou negar estes factos é ter falta de bom senso!-----

- ocultar ou negar estes facto é ser pouco sério!-----

-ocultar ou negar estes factos é faltar à verdade, é por em causa um dos direitos fundamentais, o direito á Saúde, alcançado com a revolução de Abril. -----

O senhor José Ferro acrescentou ainda que o seu convencimento sobre as afirmações acima referidas resulta, não só, mas também, do facto do senhor Arnaldo Frade demonstrar alguma dificuldade em falar de questões que não domina, como parece ser o caso da prestação de Cuidados de Saúde Primários no Concelho, demonstrado no facto de ter transcrito, quase na integra, num comunicado divulgado na Comunicação Social, o teor do ofício do Director do Centro de Saúde, enviado às comissões de utentes e aos órgãos do Poder Local, no qual, comunicado, só faltava a assinatura do Dr. Rui Calado.

Mais referiu que o que aconteceu não foi a implementação de algumas melhorias à custa do encerramento do SADU, mas sim o encerramento de um serviço público de extrema importância para toda a população do Concelho, a coberto de uma falsa reestruturação, cujo objectivo principal é a destruição do Serviço Nacional de Saúde, abrindo desta forma, cada vez mais, o caminho à obtenção de lucros por parte do sector privado, à custa da saúde das populações, as quais estão cada vez mais desprotegidas.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, começando por referir que a intervenção feita pelo senhor José Ferro lhe suscita dúvidas, se os cabelos brancos e a idade são sempre dignos de respeito, por considerar que o mesmo veio a esta Assembleia injuriar os eleitos.-----

Acrescentou que o senhor José Ferro, como qualquer cidadão, tem o direito e liberdade para fazer oposição política, mas no respeito pela diferença de opinião dos outros, não lhe reconhecendo qualquer direito para fazer considerações sobre questões do foro pessoal, pelo que apelou que reflectisse melhor sobre as afirmações que faz. -----

Mais referiu que a postura do senhor José Ferro devia ser a de um líder de uma Comissão de Utentes, mas pelo que tem observado, o senhor José Ferro só coloca

questões que lhe interessa, em termos partidários, dando como exemplo o facto de o mesmo tentar mobilizar as pessoas de Ermidas para contestarem as medidas relativamente à Saúde, mas nunca ter levantado a questão de haver ruas naquela Vila que há trinta anos que aguardam pela ligação à rede de esgotos. -----

Referiu ainda que a posição dos eleitos do PS é pública e fundamentada na informação oficial de responsáveis de serviços públicos, e tomada na defesa do serviço público. ----

Concluiu, referindo que é importante que as pessoas venham à Assembleia Municipal colocar as questões que as preocupam, mas que o façam respeitando os eleitos, não desta forma.-----

Acrescentou que gostaria que esta fosse a última vez que o senhor José Ferro se dirigisse à sua pessoa, publicamente, sem reflectir antes de falar, devendo ter em conta que, em democracia, não há só uma verdade e deve ser respeitado o direito à diferença.

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor José Ferro, o qual esclareceu que não foi sua intenção ofender pessoalmente o senhor Arnaldo Frade, o que referiu é que seria pouco sério se fossem negadas as afirmações que fez na sua exposição. Acrescentou que a sua dúvida quando refere que não sabe se o senhor Arnaldo Frade fala por saber ou por ouvir falar relativamente ao assunto em apreço, resulta do facto do texto do comunicado do PS publicado na Imprensa, transcrever, na íntegra, o conteúdo do documento enviado pelo Director do Centro de Saúde às Comissões de Utentes e às Autarquias, o que, na sua opinião, reflecte falta de conhecimento sobre o assunto. -----

Referiu ainda que sobre o essencial da sua exposição relativa às condições da Saúde no Concelho, o senhor Arnaldo Frade nada disse. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, referindo que a Assembleia Municipal é um espaço nobre de intervenção pública e como tal deve ser respeitado por quem nele se encontra, o que passa pelo respeito da livre opinião dos eleitos.-----

Mais referiu que, se o senhor representante das Comissões de Utentes pretende fazer este tipo de intervenções, terá que se fazer eleger membro da Assembleia Municipal. Acrescentou que o senhor José Ferro não veio à Assembleia Municipal para colocar questões sobre a Saúde, mas orientado por interesses meramente partidários, porque as interpelações que fez não foram sobre a saúde, questionando sim a bancada do PS, sobre as opiniões que tem sobre os assuntos, considerando lamentável que se aproveite um espaço público para fazer este tipo de intervenções, o qual deve servir para serem colocadas questões concretas sobre os problemas e não para interpelar de forma grosseira e desrespeitosa os eleitos da Assembleia Municipal. Pelo que, sugeriu à Mesa da Assembleia para intervir nestas situações, chamando a atenção de quem assim procede para se conter relativamente à forma como intervêm. -----

O senhor Presidente referiu que, embora seja evidente que existe uma diferença de opiniões, não lhe pareceu haver qualquer tipo de ofensa na intervenção do senhor José Ferro, mas sim um pedido de esclarecimentos. -----

MANIFESTO PELA PESCA - PELA MUDANÇA DA PESCA LÚDICA NÃO MATEM O LITORAL ALENTEJANO -----

O senhor Presidente referiu que representantes de Comissões de Pescadores tinham pedido para intervir na Assembleia para apresentarem um assunto relativo à pesca lúdica, tendo feito chegar à Mesa alguma documentação sobre o mesmo. Como até ao momento não tinham chegado, o senhor Presidente deu conhecimento do Manifesto de Comissões de Pescadores e População do Litoral Alentejano e Costa Vicentina, no qual contestam as medidas previstas na Portaria N° 868/2006, de 29 de Agosto, que veio regulamentar a actividade da pesca lúdica, por as considerarem desajustadas nomeadamente, no que se refere à atribuição de licenças, à dimensão e ao peso das

espécies, apanhadas segundo o método tradicional, considerando também haver excesso de zelo relativamente às coimas aplicadas. Questões que enquadram na necessidade de salvaguarda do interesse económico e turístico da região, considerando que o mesmo é posto em causa pelas restrições impostas naquela Portaria, nas quais não vislumbram quaisquer efeitos práticos resultantes da sua aplicação, nomeadamente, em relação ao seu principal objectivo, que sempre entenderam que deve ser, a conservação e a gestão racional dos recursos marinhos. -----

Interveio o senhor António Albino, informando que participou numa reunião que teve lugar na Sonega, com as Comissões de Pescadores e população do Porto Covo e da Ribeira da Azenha, que praticam este tipo de pesca com base numa tradição milenária, as quais discordam fundamentalmente, do facto da lei obrigar a que a apanha de percebes seja feita à mão, o que não é fácil, as limitações no tamanho e no peso e o valor excessivo das coimas. -----

Acrescentou que os mesmos concordam que as espécies devem ser protegidas mas consideram que a lei é demasiado restritiva, pondo em causa a economia das famílias, pelo que pretendem a revisão da mesma. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, tendo o mesmo dado conhecimento que participou também naquela reunião, a convite das Comissões de Pescadores, na qual estes colocaram as suas principais preocupações, que se prendem, nomeadamente, com a apanha do percebe, que a lei limita a meio quilo por pessoa, o que consideram muito pouco. -----

Relativamente à pesca lúdica, não podem apanhar mais de dez quilos, mas o peixe maior não conta, o que é um pouco absurdo, porque vai obrigar a que os pescadores levem uma balança e, caso ultrapassem aquele peso, vão ter que atirar peixe fora, depois de morto, para evitarem coimas. -----

Acrescentou que a lei também refere que a apanha do ouriço, é feita com as mãos, com os pés ou com um animal, o que também não parece muito adequado. -----

Mais referiu que são estes e outros aspectos que as pessoas, que vivem há muitos anos da apanha de marisco, contestam, pelo que as Comissões de Pescadores solicitaram o apoio das Autarquias da região, para que a lei seja alterada. Neste sentido irão também fazer chegar o Manifesto à Assembleia da República e à Associação Nacional de Municípios Portugueses, entre outras acções que pretendem desenvolver com o mesmo objectivo. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que estas e outras matérias deviam ser encaminhadas para as comissões específicas da Assembleia Municipal, caso as mesmas sejam constituídas. -----

Mais referiu que também a AMLA – Associação de Municípios do Litoral Alentejano se deve pronunciar sobre esta matéria. -----

-----**ORDEM DO DIA:** -----

1. Expediente -----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete, até vinte de Abril de dois mil e sete, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número cinco, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Actas -----

O senhor Presidente colocou para discussão e votação, a **acta número sete**, da primeira reunião da Sessão Ordinária de vinte e um de Dezembro de dois mil e seis, a qual foi **aprovada, por maioria**, com duas abstenções, dos senhores, Nuno Braz e do senhor Fernando Pereira de Sousa, por não terem estado presentes, o último por ainda não estar no exercício das funções. -----

O senhor Presidente colocou em seguida para discussão e votação, a **acta número um**, da 2ª reunião da Sessão Ordinária de vinte e um de Dezembro de dois mil e seis, realizada em doze de Janeiro de dois mil e sete, a qual foi **aprovada, por maioria**, com quatro abstenções, dos senhores José Catalino, Margarida Pereira, Ângela Matias e Fernando Pereira de Sousa, por não terem estado presentes, o último por ainda não estar no exercício das funções. -----

3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

--- a) Prestação de Contas – 2006;-----

Pelo senhor Presidente da Câmara Municipal foi apresentada a seguinte **“PROPOSTA:**

1. Aprovar os Documentos de Prestação de Contas (Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão relativos a 2006), elaborados nos termos previstos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Publicado em anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

2. Excluem-se do referido no ponto 1 os seguintes documentos:-----

a) Mapas de subsídios obtidos por não ter havido nenhum recebimento classificado como subsídio. -----

b) Mapas de activo de rendimento fixo e variável por não ter havido nenhum destes tipos de rendimentos no exercício. -----

c) Norma de controlo interno, pelo facto do processo de implementação do POCAL apresentar diversas dificuldades, estando neste momento a decorrer trabalhos com vista à sua elaboração. Contudo, embora de forma não sistemática existem um conjunto de regras de funcionamento designadamente ao nível da tesouraria, do Fundo de Maneio (existe regulamento aprovado), das compras, do armazém, do controlo do imobilizado, que têm permitido a implementação do novo sistema contabilístico.-----

3. Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

FUNDAMENTOS: 1. Conforme o disposto na alínea e) do nº. 2 do artigo nº.64 da Lei 169/99, de 18 Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

2. De acordo com o capítulo III (notas técnicas) da resolução nº. 4/2001 - 2ª. Secção publicada no D.R. nº. 191, de 18 de Agosto, II Série.”-----

O documento é dado como reproduzido na presente acta com o número seis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu ainda que as Grandes Opções do Plano de 2006 apontavam nomeadamente para: -----

- A intervenção Municipal activa para a dinamização económica e para o emprego. -----

- A gestão estratégica e o ordenamento do território. -----

- A qualificação dos espaços urbanos ao serviço da vivência educativa, social e cultural.

- A modernização do serviço público, numa óptica de participação e proximidade. -----

Acrescentou que estes objectivos não eram somente para dois mil e seis, fazendo parte da estratégia definida para o mandato em curso. Mais referiu que a avaliação dos resultados do exercício de dois mil e seis, não pode ser descontextualizada do panorama regional e nacional que se vive, o qual influi na capacidade dos órgãos executivos

conseguirem cumprir as metas a que se propõem, acrescentando que o Executivo Municipal procurou aumentar os níveis de execução, os quais continham uma dose elevada de ambição.-----

Mais referiu que numa avaliação global da intervenção no exercício de dois mil e seis, se pode constatar que no PPI houve um aumento de 7% na despesa, enquanto as funções económicas cresceram em 21% relativamente a 2005. Acrescentou que foi significativo o aumento da verba para educação, mais 20%, as quais em conjunto com as actividades culturais absorveram 75% das AMR's.-----

Sublinhou algumas das acções mencionadas no documento de Prestação de Contas nomeadamente, o Protocolo financeiro e de cooperação estabelecido com a ADRAL, LISGARANTE, BES e o IAPMEI que instituiu o FAME – Fundo de Apoio às Micro Empresas; o investimento na ZIL de Cercal do Alentejo, a qual vai ser uma realidade no presente mandato; a cedência de um lote de terreno, a custo zero, à ADL, na ZAM de Santiago do Cacém; o investimento num loteamento em Alvalade para instalação de empresas; o investimento nos vários certames que se realizaram no Município. -----

No referente à gestão e ordenamento, salientou a intervenção activa e construtiva da Câmara Municipal na elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, participando na sub-unidade do sistema de povoamento e sistema urbano, assim como as várias diligências efectuadas para a aprovação dos Planos de Pormenor de Brescos e da Costa de Santo André.-----

Na área do Património Histórico, o apoio à abertura ao público da Igreja Matriz, entre outras acções.-----

O Museu das Profissões Rurais, em Abela, com o apoio significativo da Caixa de Crédito Agrícola.-----

No abastecimento de água, um investimento na ordem de um milhão de euros, para melhorar a qualidade dos reservatórios e a rede geral de distribuição, de forma a manter o bom nível da qualidade de água que é fornecida à população, comprovado pelo excelente Laboratório de que o Município dispõe, como é reconhecido pelas entidades de Saúde.-----

Nos resíduos sólidos urbanos, passou a haver os custos da componente intermunicipal. -

Nas acessibilidades, as muitas intervenções na rede viária Municipal.-----

O alargamento das actividades culturais e desportivas, não só para as pessoas mas com as pessoas. Um vasto conjunto de actividades, nas Bibliotecas, no Museu, na criação artística, com o apoio à Escola da Pintura, na Escola de Música, na Escola de Guitarra Portuguesa, nas Piscinas Municipais, assim como outras iniciativas com a Juventude.---

Acrescentou que, nos dois últimos anos, houve um crescimento das receitas de capital e uma redução das receitas correntes, com a diminuição de verbas da Derrama e das transferências dos Fundos do Orçamento de Estado que se situava nos 52% em 2003 e hoje se situa em 45%, das receitas do Município. Lembrou que não está a ser cumprido o que foi referido num Congresso da ANMP pelo senhor 1º Ministro, ou seja, o aumento das verbas para os Municípios, tendo em conta o aumento significativo das receitas dos impostos.-----

A nível da execução, referiu que foi de 61,4% em 2004 e aumentou para 67,5% em 2006. Acrescentou que se pode constatar uma redução das despesas correntes desde 2004, sendo que as despesas com o pessoal diminuíram de 43% para 39,7 %, enquanto aumentaram os encargos com a Segurança Social, fundamentalmente com a Caixa Nacional de Aposentações. Cresceram as despesas de capital, as quais em 2004 se situavam em 29% e passaram para 31%, em 2006.-----

No referente à capacidade de endividamento para fazer face ao investimento, passou de 62,2% para 77,6%, com base na Lei de enquadramento orçamental, acrescentando que

se este valor fosse apurado com base na Lei das Finanças Locais que estava em vigor, reduziria para metade. -----

Relativamente à dívida de curto prazo, referiu que houve um esforço para a sua redução, como se pode constatar nos documentos. -----

Concluiu referindo que houve também a preocupação de elevar o nível dos documentos apresentados, com mais informação, o que só foi possível graças ao bom trabalho da equipa técnica que o elaborou. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, solicitando os seguintes esclarecimentos relativos ao conteúdo dos documentos: -----

-Quais os montantes das horas extraordinárias em 2005 e 2006? -----

-Quantos postos de trabalho directos foram criados no exercício em apreço, designadamente nas ZILs e nas ZAM's? -----

-Se a pavimentação no estacionamento do Hospital do Litoral Alentejano se deve a algum acordo?-----

- Porque se deve 1.800,00 € ao PCP? -----

Interveio o senhor Francisco Roque, começando por observar que se trata de um documento muito extenso, com imensa informação, alguma da qual, em sua opinião, devia constar em anexo e não como parte integrante do documento. Acrescentou que, devido ao atraso nos correios, não dispôs do documento com a antecedência necessária a uma análise mais aprofundada. -----

Mais referiu que, apesar de ser muita a informação, teve dificuldade em encontrar alguns dados nomeadamente, nas receitas, os valores dos impostos indirectos e das taxas e multas relativos a loteamentos e obras, acrescentando que também não encontrou nas despesas, os valores relativos às remunerações do pessoal do Quadro, com avença, a recibos verdes e contratados a termos, considerando que em ambas as situações os valores deviam estar desagregados, por forma a permitir a análise que pretendia fazer.-----

Referiu ainda que, em dois mil e cinco, a posição do BE foi de abstenção e já nessa altura colocou algumas reservas face às dotações baixas nas questões sociais, em particular na habitação e na Rede Social, nas questões ambientais e nas transferências para as Juntas de Freguesia. -----

Relativamente aos documentos em apreço, referiu que pôde verificar as seguintes taxas de execução: nas receitas correntes, cerca de 78%; nas receitas de capital 56%; nas despesas correntes 84%; nas despesas de capital, de 46%. Acrescentou que grande parte das despesas correntes resulta de despesas com pessoal, juros e transferências, referindo também que uma parte das despesas correntes, cerca de um milhão e quinhentos mil euros, são financiadas pelas receitas de capital. Mais referiu que na despesa de capital se nota uma Câmara “a meio gás” no que respeita ao investimento, para além da grande distância dos resultados relativamente ao previsto nos documentos previsionais. -----

Referiu também que a Câmara “a meio gás” é ainda mais visível na análise do PPI, dado que a taxa de execução na parte social foi na ordem dos 40% e na habitação de 15%, embora nesta última tenha havido uma evolução relativamente a dois mil e cinco, em que foi de 10%. -----

No ordenamento do território, verificou que houve uma taxa de execução de 22%. Na protecção do meio ambiente 25%. Na modernização dos serviços públicos ficou-se pelos 31%. Nos serviços culturais e nas funções económicas, o máximo da taxa de execução foi de 60%, com o investimento nas Piscinas Municipais a absorver grande parte da dotação inscrita nesta rubrica. -----

Acrescentou que também existe uma execução importante nos transportes e comunicações, mas apesar de disso os sítios continuam distantes uns dos outros. No

Comércio e Turismo a execução também foi baixa, de 32%, apesar desta também ser uma linha prioritária de acção. Ainda no referente à dinamização económica, observou que é notável o destaque que é dado na página 18 do documento a um Seminário promovido pelo Setúbal na Rede, cujas conclusões não foram de grande relevância, assim como a questão do FAME, questionando sobre o impacto do mesmo na dinamização económica em 2006 e se houve empresas que recorreram àquele Fundo, bem como a referência aos Postos de Turismo, quando um dos mais importantes, o da Lagoa de Santo André, pouca ou nenhuma actividade teve. -----

Considerou muito baixas as taxas de execução relativas à recuperação do património, 12% e de revitalização dos centros tradicionais que ficou em 16%, concluindo que o PPI e as AMR's ficaram, em termos de execução, numa taxa de cerca de 50%. -----

Referiu ainda que apesar da dívida a curto prazo ter descido, o montante em dívida ainda é muito elevado, devendo ser uma prioridade a sua redução, tendo em conta que são muitas as pequenas empresas com problemas acrescidos por não receberem os devidos pagamentos da Autarquia. -----

Interveio o senhor José Sucena, referindo que a maior parte das Câmaras Municipais do País não têm meios financeiros para as acções que precisam concretizar, acrescentando que os orçamentos são feitos com base na expectativa de um volume de receitas que depois não se concretiza, o que parece esquecido por quem classificou o orçamento de irrealista e agora considera que a execução está abaixo do que seria óptimo. Mais referiu que também gostaria que os níveis de execução no Município fossem superiores, mas não havendo dinheiro, este foi o resultado possível. -----

Passou em seguida a apresentar, em nome dos eleitos da CDU, o texto que se transcreve: -----

“Da análise que fizemos dos documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2006, ressalta que, apesar da difícil situação financeira, consequência dos cortes cegos nos fundos e apoios a que foram sujeitas as Autarquias Locais por parte deste Governo do PS, foi possível com grande empenho, dedicação e imaginação, fazer muita obra em benefício das populações do Concelho de Santiago do Cacém. -----

Na verdade, ao contrário de outros municípios com taxas de execução na ordem dos 30%, o nosso Executivo atingiu os 67,54% de taxa de execução, sendo de assinalar a diminuição em 1% das despesas correntes, relativamente ao total da despesa que, apesar de nominalmente pouco significativo, tem grande relevância no actual contexto de aperto orçamental e marca a viragem para o futuro. -----

Foi, então possível melhorar a rede de abastecimento de água e o saneamento público com a execução de várias obras e oferecer às populações, de forma descentralizada, actividades várias de carácter cultural, recreativo e religioso. -----

Em simultâneo procedeu-se a vários arranjos em escolas e preservou-se e recuperou-se o património e os espaços públicos. -----

Também, e com a preocupação de dinamizar o tecido económico e o emprego, o Executivo empenhou-se na celebração de um protocolo que criou um fundo de apoio às micro empresas e interveio na discussão de programas e seminários sobre o desenvolvimento da região, a par de apoios concretos a eventos de promoção dos produtos, das empresas e da riqueza natural do concelho, de que se destacam as feiras Santiago e do Monte, os primeiros passos na requalificação da Costa de Santo André e a melhoria de segurança nas praias, e bem assim, à modernização e dinamização do comércio. -----

Não tendo sido possível iniciar a revisão do PDM em 2006, muito por razões externas à Câmara Municipal, acreditamos que o Executivo envidará todos os esforços para que o

seu arranque ocorra em 2007, pois esperam-se grandes vantagens par o desenvolvimento integrado do Concelho. -----

Finalmente, foram dados passos significativos na modernização e eficácia dos serviços quer a nível do encurtamento do tempo de resposta aos munícipes, que em termos de registo e classificação arquivísticos, esperando-se ainda mais melhorias no futuro em consequência do ganho de conhecimentos após as onze acções internas e cinquenta e quatro externas de formação.-----

Foi dado o arranque da remodelação das novas instalações da Câmara e entraram em vigor o Regulamento de Alienação de Lotes Municipais e o Regulamento Municipal de Publicidade e foi feita a revisão do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos.-----

Acresce, o constante e bom relacionamento com todas as Freguesias do Concelho de Santiago do Cacém que permitiu a identificação e resolução de muitos problemas que afectavam as respectivas Populações.-----

Por tudo isto congratulamo-nos com o trabalho desenvolvido pelo Executivo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém e manifestamos a nossa confiança no seu trabalho futuro.” -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que a intervenção que fez foi no mesmo sentido daquela que fez em 2005, aquando da aprovação do Orçamento de 2006, em que colocou reservas relativamente às baixas dotações em algumas rubricas, as quais se fossem mais elevadas não teriam grande impacto nas despesas de capital. Mais referiu que, naquela altura, também colocou reservas sobre a capacidade da Autarquia arrecadar as receitas que indicava. -----

Questionou ainda se as transferências da Administração Central no exercício de 2006, foram inferiores às que tinham sido previstas em Orçamento. -----

O senhor João Saraiva de Carvalho solicitou aos restantes membros da Assembleia para aceitarem os comentários que cada um sente necessidade de fazer sobre as intervenções que são produzidas, no contexto das mesmas, e no respeito pelas diferenças de opinião.

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por solicitar ao Chefe da Divisão de Administração Geral e Financeira, que desse alguns esclarecimentos técnicos sobre questões colocadas. O mesmo esclareceu que, relativamente ao montante em horas extraordinárias, consta na página 74 do documento, num valor arredondado de 424.000 euros, que corresponde a uma redução de 27% em relação a 2005. Mais esclareceu que as despesas com o pessoal contratado a termo, foi na ordem dos 963.000 euros e de 353.000 euros com o pessoal em regime de tarefa ou avença, valores constantes na página 70 do documento. Quanto às receitas relativas a loteamentos e obras, foram de 193.000 euros, de impostos directos e de 159.000 euros de taxas, valores constantes na página 78 do documento. Esclareceu ainda que a redução da dívida a curto prazo, em 2006, foi de 2,7 milhões de euros. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal prosseguiu com os esclarecimentos, referindo em relação à Pousada da Juventude, que se trata de um projecto que tem como hipótese de localização o Centro Histórico de Santiago do Cacém. -----

Informou no que respeita à pavimentação no Hospital, a mesma foi feita a pedido da Direcção do mesmo.-----

Quando ao valor da dívida ao PCP, referiu não ter presente a que se refere. -----

Relativamente à questão colocada sobre os postos de trabalho criados no Município durante o exercício de 2006, informou não dispor destes dados, acrescentando que é possível que o Centro de Emprego tenha esta informação, o que irá procurar saber. Mais referiu que o emprego é uma das questões mais sensíveis no País em geral e na região em particular, tendo em conta que a taxa de desemprego foi de 7,6% em 2005 e no final de 2006 se situava nos 7,7%, enquanto as despesas de consumo das famílias

portuguesas se situaram em 2004 nos 2,6%, em 2005 nos 2,1% e em 2006 em 1,1%, segundo dados do INE, acrescentando que estes dados permitem contextualizar as dificuldades que os Municípios enfrentam, as quais resultam, em grande parte, de problemas estruturais do País. -----

Informou ainda que na recente reunião do Conselho Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, os autarcas de todas as forças políticas voltaram a focar os problemas complicadíssimos existentes nomeadamente, económicos, sociais e de assimetrias. -----

Referiu também que não estava à espera de posições diferentes das que já foram manifestadas, porque desde 1988, invariavelmente, elas se repetem neste mês, sempre que a Prestação de Contas é presente à Assembleia Municipal. Contudo, considera que devia haver algum reconhecimento pelo que é feito de positivo, por uma questão de justiça. -----

Mais considerou que os documentos fornecidos deviam ser analisados com mais atenção para evitar algumas afirmações que por vezes são feitas. -----

Concluiu referindo que o Executivo está empenhado no desenvolvimento do Município, pelo que continuará a trabalhar no sentido de cumprir com o que foi traçado no início do mandato, conscientes de que no final a população fará a avaliação do que foi feito. -----

O senhor António Isidoro questionou sobre a responsabilidade da estrada de acesso ao Hospital, e chamou a atenção para o mau estado da mesma. -----

O senhor Presidente informou que a estrada pertence ao domínio privado do Hospital, dado que se situa no terreno que foi expropriado para a instalação daquele equipamento. Acrescentou que outra questão que se coloca relativamente ao acesso ao Hospital, tem a ver com a intervenção que é necessário fazer na Estrada Regional 261, para a qual a antiga Direcção Geral de Instalações e Equipamentos Hospitalares desenvolveu um projecto no sentido de criar ali uma faixa de desaceleração, com a qual as Estradas de Portugal não concordam, defendendo a criação de uma rotunda. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, começando por referir que o senhor Presidente da Câmara Municipal mostrou estar documentado relativamente a valores nacionais do desemprego, mas não respondeu à questão que lhe colocou sobre o emprego no Município. -----

Relativamente ao documento em apreço, considerou que o mesmo demonstra que os eleitos do PS tinham razão nas questões colocadas nos anos anteriores, porque o que nele se enumera de positivo tem a ver com os maus resultados anteriormente verificados. Acrescentou que sobre este documento têm a mesma postura que tiveram relativamente aos documentos previsionais, a qual não é no sentido de dizer que tudo é mau, porque há questões positivas nomeadamente, as obras na ZIL do Cercal, o Auditório, o Contrato-Programa para as obras na Quinta do Chafariz, o Acordo de Colaboração com o Ministério da Educação para a construção da EBI, considerando que estas últimas acções são o exemplo do caminho a seguir. -----

Acrescentou que também se verifica um aumento da despesa na execução, assim como na receita, embora ainda muito ligeiro. O Passivo a curto prazo diminuiu, mas há setenta e cinco dívidas de menos de cem euros cada e mais quarenta e duas entre cem a duzentos euros, as quais deviam ser resolvidas no final de cada ano, considerando que, pese embora este progresso, o Município continua a ser mau pagador, pelo que é preciso prosseguir este caminho. Mais referiu que a diminuição da despesa com o pessoal também é positiva, assim como a redução nas horas extraordinárias (27%) e nas ajudas de custo (8%). Houve um acréscimo na execução das AMR's. Também lhe parece que o IMI e o IRT cresceram. Considerou importante a adesão ao FAME, embora a verba envolvida não seja muito significativa. -----

Referiu ainda que também há aspectos negativos nomeadamente, a redução da Derrama, a qual sendo um imposto Municipal reflecte a prestação das empresas no Município. O aumento da despesa corrente e respectivos juros, à qual é preciso dar mais atenção. O crescimento do endividamento a médio e a longo prazo, em relação ao qual a abordagem que é feita nunca é na perspectiva da criação de receitas próprias, mas sim no facto de não se chegar ao topo da capacidade de endividamento. É referida a diminuição de pessoal, em doze pessoas, embora na área em que houve essa redução tenha havido mais horas extraordinárias. O número de trabalhadores deficientes, é ínfimo. O encerramento do Posto de Turismo da Mimosa. O decréscimo de visitas ao Museu Municipal. O facto de nos documentos ser considerado um estímulo em termos económicos a existência do sitio da Autarquia na Internet e do Boletim Municipal, bem como a presença da Câmara Municipal em iniciativas relativas a investimentos a concretizar em Sines. O modelo de delegação de competências para as Juntas de Freguesia não mudou no ano anterior. O Conselho Municipal de Educação está numa situação de instalação, a entrar em vigor tardiamente. A Carta Educativa não existe. A falta de colaboração entre o Município e o Ministério da Educação em relação ao Enriquecimento Curricular marcou no Litoral Alentejano. A fraca participação da população nas sessões sobre o Orçamento Participado, acção que deve ser repensada no sentido de um maior envolvimento das pessoas. O não apoio ao Núcleo da Cruz Vermelha de Ermidas, enquanto houve disponibilidade para algo de que resultou uma verba a pagar ao PCP, facto que considera sintomático do que são as prioridades do Executivo. -----

Concluiu referindo que consideram que há mais aspectos negativos do que positivos no exercício em apreço, pelo que irão votar contra. -----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal a continuação dos trabalhos, até à uma hora. Não foram levantadas objecções. -----

Interveio o senhor José Sucena, referindo que num país onde o prazo de cobrança de dívidas é na ordem dos cento e sessenta dias, considera bastante positivo que a Câmara Municipal tenha reduzido a dívida aos seus fornecedores. -----

Mais referiu que não lhe pareceu correcta, classificando mesmo de política baixa, a ligação feita pelo senhor Arnaldo Frade, da questão sobre o apoio ao Núcleo da Cruz Vermelha de Ermidas e a despesa de um anúncio na revista da Festa do Avante. -----

O senhor Arnaldo Frade agradeceu a informação sobre a origem da dívida ao PCP e acrescentou que se limitou a fazer referência a factos. -----

O senhor José Sucena considerou que o senhor Arnaldo Frade tirou uma conclusão abusiva relativamente a questões diferentes, acrescentando que o seu não reconhecimento deste facto configura desonestidade intelectual. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que o destaque e as reservas por parte do BE, são as mesmas que já tinha feito há um ano atrás. Acrescentou que, passado um ano, constata que o esforço relativamente às acções que considerou prioritárias ainda foi menor do que a Câmara Municipal tinha previsto, pelo que irá votar contra, esperando que esta não seja a tendência do seu sentido de voto nos próximos anos. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por referir que não lhe pareceu que tivessem muito sentido os considerandos feitos pelo senhor Arnaldo Frade sobre o número de postos de trabalho criados no Município, tendo em conta o cargo que desempenha no Instituto de Emprego

e Formação Profissional-IEFP, o facto de ser Presidente da Concelhia do PS e residir no Município. -----

Relativamente às questões da Derrama, IMI e IMT, considerou que a análise destes dados deve ser feita tendo em conta o contexto regional e nacional do investimento, com base no indicador da Formação Bruta de Capital, cujo resultado foi em dois mil e cinco, de menos 3.8% e em dois mil e seis, de menos 1.7%, dados do INE. Acrescentou que, se se pretende extrapolar a situação para a política Municipal, então também deverá ser tido em conta que o aumento do IMT e do IMI revelam alguma capacidade de atracção do Município-----

Quanto ao FAME, referiu que o valor pode ser baixo, mas é um princípio, acrescentando que no Litoral Alentejano, Santiago do Cacém é o único Município que tem um Protocolo nesta matéria e que está a ser aplicado. -----

Mais esclareceu que as Autarquias não têm a obrigação de financiar as empresas privadas, contudo, foi encontrada esta forma de apoio às micro-empresas pelas entidades intervenientes no processo, não lhe parecendo justo que sejam feitas críticas à Câmara Municipal pelo facto do apoio não ser mais elevado.-----

Em relação à acusação feita à Câmara Municipal de incapacidade em gerar receitas próprias, esclareceu que o que se verifica é que há uma diminuição nas transferências dos Fundos do Orçamento de Estado para as Autarquias, quando se trata de uma obrigação Constitucional.-----

Sobre a presença da Câmara Municipal em iniciativas de promoção de investimentos em Sines, lembrou que há alguns anos atrás, quando a Câmara Municipal não ia àquelas iniciativas, era criticada por não o fazer. Acrescentou que os empreendimentos naquele Município são muito importantes para o País e induzem investimentos no Município de Santiago do Cacém, para além de que 65% da mão-de-obra dos mesmos são de trabalhadores que residem em Santiago do Cacém, pelo que, não lhe parece correcto não acompanhar aquelas acções e não estar interessado nas mesmas.-----

Relativamente às Actividades de Enriquecimento Curricular, referiu que não é correcto acusar a Câmara Municipal de falta de colaboração com o Ministério de Educação nesta matéria, quando a Câmara Municipal acompanhou e apoiou todo o processo, somente não optou por ser promotora, o que, segundo o diploma do Governo, pode ser assumido pelos Agrupamentos, Associações de Pais, IPSS ou pelas Autarquias. Acrescentou que esta opção da Câmara Municipal foi explicada, desde o princípio do processo. -----

Mais informou que sobre este assunto foi dado conhecimento na reunião do Conselho Geral da ANMP pela equipa que acompanha o processo, que o Ministério da Educação considerou que não é uma matéria urgente, sendo os transportes escolares uma questão prioritária.-----

No referente às acções sobre o Orçamento Participado, sugeriu que se pergunte aos Municípios vizinhos se conseguiram uma maior participação das suas populações. Acrescentou que Santiago do Cacém é pioneiro nesta iniciativa e que, naturalmente, gostaria que tivesse havido um maior interesse por parte dos municípios. -----

Quanto ao recurso ao crédito, chamou a atenção para o facto da Câmara Municipal utilizar esta possibilidade legal para contrair empréstimos de médio e longo prazo e não para atender a dificuldades de Tesouraria, pelo que não compreende as críticas que são feitas, quando os mesmos se destinam a obras importantes para a população. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, começando por esclarecer que, quando o Grupo Municipal do PS critica o desempenho da Maioria, não está a fazer acusações, mas sim uma apreciação, com base no direito que tem, assim como a Câmara Municipal tem o direito de fazer as suas opções de gestão. Acrescentou que compete à Assembleia Municipal fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, pelo que o seu Presidente e a

sua equipa lhe devem prestar contas, ou seja, os eleitos da Assembleia devem colocar as questões, às quais o senhor Presidente da Câmara Municipal deve responder.-----
Mais referiu que ninguém considerou que a adesão ao FAME em coordenação com outras entidades era uma má opção, o que foi dito é que é preciso fazer um esforço para incrementar esta acção. -----

Acrescentou que também não foi sugerido que o Presidente da Câmara Municipal não participasse nas iniciativas de promoção de investimentos no Município de Sines, sabendo da importância dos mesmos para Santiago do Cacém, com o que não concordam é que o mesmo seja indicado nos documentos como uma acção importante de incremento do desenvolvimento económico do Município. -----

Em relação ao Orçamento Participado, considerou que é importante dar passos no sentido de uma maior mobilização das pessoas. -----

Relativamente ao recurso ao crédito, esclareceu que ninguém referiu que esta acção é ilegal, mas sim que era importante criar condições para que o Município venha a arrecadar mais receitas próprias, a fim de que o recurso ao crédito seja cada vez menor.

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo concordar com o senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à redução das transferências para as Autarquias por parte da Administração Central, a qual não tem vindo a partilhar com o Poder Local os resultados do aumento da eficiência fiscal na cobrança de impostos. -----

Mais referiu que há que reconhecer que, do ponto de vista económico/financeiro, o Município está em melhores condições que outros Municípios vizinhos. Acrescentou que quando referiu as dificuldades do Município em gerar receitas próprias de capital, teve em conta o facto de estar previsto realizar cerca de sete milhões de euros na venda de bens de investimento e só ter sido concretizado pouco mais de um milhão de euros. -

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, tendo sido **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, dos senhores Sérgio Bento, Maria Olímpia Silva, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves, José Sucena, Margarida Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Guerreiro, José Catalino, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Ângela Matias, Armando Climas, Joaquim Gonçalves, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves, eleitos da CDU.-----

Dez votos contra, seis votos dos senhores, Alexandre Rosa, Arnaldo Frade, Maria de Lurdes Palminha, Miriam Vicente, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, eleitos do PS. Três votos dos senhores, Carlos Pereira Dias, Nuno Braz e António Isidoro, eleitos do PSD, e um voto, do senhor Francisco Roque, eleito do BE.”-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Francisco Roque, eleito do BE, foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----

“Aquando da apresentação dos documentos previsionais para 2006, o Bloco manifestou um conjunto de reservas face a algumas dotações muito insatisfatórias; Destacámos então o muito baixo investimento em várias rubricas nas funções sociais, nas preocupações ambientais, no reforço da descentralização e transferência de competências e recursos financeiros e humanos para as Juntas de Freguesia. O presente relatório é a confirmação derradeira das reservas então sentidas; ou seja, em rubricas com dotações orçamentais já muito reduzidas, a Câmara gastou ainda menos: Não houve investimento na habitação (15% de execução), no ordenamento do território (22%), na protecção do meio ambiente (25%); inclusive na educação, a execução orçamental do investimento situou-se nos 40%. Em 2006 tivemos portanto uma Câmara a meio gás, especialmente no que respeitou ao investimento de cariz social. Em 2006, apesar do aumento do endividamento a médio e longo prazo, ocorreu uma recuperação do endividamento a curto prazo, situação que proporcionou uma melhor situação económica e financeira que em 2005, mas tivemos também a confirmação do que se

receava: As enormes disparidades entre o que foi orçamentado como receita e despesa e as verbas efectivamente arrecadadas e as despesas efectuadas, o que revelou a incapacidade em gerar a receita prevista e em realizar a despesa, o investimento proposto. Assim, o sentido de voto do Bloco de Esquerda é de não aprovar os documentos de prestação de contas do ano de 2006.” -----

--- b) Protocolos de delegação de competências a estabelecer entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do Município; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1.** Aprovar as Propostas de Protocolos de delegação de competências a estabelecer entre a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e cada uma das Juntas de Freguesia do Município. -----

FUNDAMENTOS: 1. A prática de actos da competência da Câmara Municipal pelas Juntas de Freguesia, levada a efeito em anteriores mandatos, trouxe benefícios para a população evitando deslocações à Sede do Município e, conseqüentemente, perdas de tempo e despesas dos Municípios; -----

2. As Juntas de Freguesia têm capacidade de resposta às solicitações inerentes às delegações de competências ora propostas; -----

3. É de interesse para o Município que as Juntas de Freguesia continuem a praticar actos da competência da Câmara Municipal; -----

4. De acordo com o disposto no artigo 66º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2000, de 11 de Janeiro e no artigo 15º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro.” -----

- As propostas de Protocolos, são dadas como reproduzidas na presente acta, com o número sete, ficando arquivadas na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricadas pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade questionando, se as áreas de delegação de competências propostas trazem alguma novidade relativamente às anteriores, se há alteração relativamente aos valores e, em caso afirmativo, quais os montantes. -----

O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Junta de Freguesia de Santo André assumiu novas competências, na área da Educação, bem como a Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, no âmbito da publicidade e ocupação de via pública. -----

Relativamente aos valores, informou que houve alguma actualização nomeadamente, no referente ao tratamento de águas residuais e ao consumo de energia, assim como alguns acertos no âmbito da conservação das escolas, conforme consta no Orçamento de 2007.-

O senhor Arnaldo Frade considerou que, ao contrário da expectativa positiva criada pela Câmara Municipal, dando a ideia de que ia avançar para um modelo mais ambicioso, o mesmo não se verifica, dado que, relativamente a investimentos não há alterações. Mais considerou que a Câmara Municipal conjuntamente com as Juntas de Freguesias devia ter analisado outras possibilidades de transferência de competências, de forma a prestigiar as freguesias e a libertar o Presidente e os Vereadores de problemas menores, para estarem disponíveis para as grandes questões que se colocam ao Município. Acrescentou que devia cessar a transferência de verbas livres para as Juntas de Freguesia e que todas as verbas deviam ter um objectivo específico e ser devidamente protocoladas. -----

Concluiu, referindo esperar que numa próxima oportunidade a Câmara Municipal possa ser mais ambiciosa, delegando mais matérias na área do investimento, como já aconteceu.-----

O senhor Alberto de Brito perguntou sobre o que consiste a conservação de escolas na Freguesia de Santo André.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata da manutenção das escolas, com pequenas reparações, como acontece noutras freguesias, competência que o actual executivo da Junta de Freguesia aceitou ao contrário do que aconteceu no anterior mandato. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, dos senhores Sérgio Bento, Maria Olímpia Silva, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves, José Sucena, Margarida Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Guerreiro, José Catalino, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Ângela Matias, Armando Climas, Joaquim Gonçalves, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves, três votos dos senhores, Carlos Pereira Dias, Nuno Braz e António Isidoro, eleitos do PSD, e um voto, do senhor Francisco Roque, eleito do BE, e seis abstenções, dos eleitos do PS, senhores, Alexandre Rosa, Arnaldo Frade, Maria de Lurdes Palminha, Miriam Vicente, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito. ---

---c) Desafectação de terreno do domínio público – Bº da Carapinha; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: Um** - Aprovar a desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 42,15 m², destinada a ser anexada ao prédio urbano sito no Bairro da Carapinha, lote n.º 18, em Santiago do Cacém, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 5 445º da freguesia de Santiago do Cacém, a confrontar a Norte e Poente com Rua Pública e a Sul e Nascente com Lote n.º 18.-----

FUNDAMENTOS: De acordo com o requerido pelo senhor Rui Manuel da Costa Guerreiro Sobral Malveiro, conforme pareceres positivos dos Serviços Técnicos Municipais, da Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, e por não terem existido reclamações, resultantes do inquérito público.-----

Nos termos da alínea b), do n.º 4 do art.º 53º e da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Francisco Roque questionando, se das desafectações resulta alguma compensação para a Câmara Municipal, ou seja, se é uma transferência onerosa para os interessados e qual o valores de referência que são aplicados. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual esclareceu que nesta fase o terreno passa para o domínio privado do Município e só depois da deliberação da Assembleia Municipal a Câmara Municipal o poderá vender, em conformidade com o Regulamento Municipal em vigor. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e dois votos a favor, sendo dezoito dos eleitos da CDU, dos senhores Sérgio Bento, Maria Olímpia Silva, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves, José Sucena, Margarida Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Guerreiro, José Catalino, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Ângela Matias, Armando Climas, Joaquim Gonçalves, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves, três votos dos senhores, Carlos Pereira Dias, Nuno Braz e António Isidoro, eleitos do PSD, e um voto, do senhor Francisco Roque, eleito do BE, e seis abstenções, dos eleitos do PS, senhores, Alexandre Rosa, Arnaldo Frade, Maria de Lurdes Palminha, Miriam Vicente, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito. ---

---d) Desafectação de terreno do domínio público, em Vila Nova de Santo André;--
O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte: **“PROPOSTA: Um** - Aprovar a desafectação do domínio público de uma parcela de terreno, com a área de 22,38 m2, destinada a ser anexada ao prédio urbano sito no Bairro da Atalaia Norte, 163, em Vila Nova de Santo André, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1 324º e descrito na Conservatória do registo Predial sob a ficha n.º 01450/270391, da freguesia de Santo André, a confrontar a Norte com Rua Pública, a Sul com Maria Lúcia Martins Costa, a Nascente com Espaço Público e a Poente com Énio Augusto Reis. -----

FUNDAMENTOS: De acordo com o requerido pela senhora Maria Lúcia Martins Costa, conforme pareceres positivos dos Serviços Técnicos Municipais, da Junta de Freguesia de Santo André, e por não terem existido reclamações, resultantes do inquérito público -----

Nos termos da alínea b), do nº 4 do art.º 53º e da alínea a) do nº 6 do art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não havendo inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.** -----

---e) Dia Municipal do Bombeiro;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1.** Aprovar a instituição do “Dia Municipal do Bombeiro”, a assinalar anualmente no terceiro domingo de Maio. -----

FUDAMENTOS: Homenagem aos Bombeiros Voluntários, como forma de enaltecer o importante contributo que dão na segurança, protecção e socorro da população, de louvar o seu esforço, coragem e altruísmo, de expressar o público reconhecimento a todos esses homens e mulheres que muitas vezes, para ajudar o próximo arriscam a própria vida.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

4. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal de Janeiro a Março de dois mil e sete, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número sete ponto um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação, em minuta, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora, do dia vinte e um de Abril de dois mil e sete. -----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----
